

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO
RIO GRANDE DO NORTE - CAU/RN

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO NORTE - CAU/RN

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Norte - CAU/RN
Natal - RN

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Norte - CAU/RN ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Norte - CAU/RN em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 02.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 04 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 02, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 25 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - RN


Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC DF 015827/O-3 - S - RN



CAU/RN

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio Grande do Norte

CNPJ: 14.829.126/0001-88

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balanco Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.082.064	816.611	PASSIVO CIRCULANTE	98.397	62.974
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	822.730	623.069	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	492	-
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	241.242	179.418	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	7.312	3.736
CLIENTES	462.852	401.418	PROVISÕES A CURTO PRAZO	88.133	59.046
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	948.274	697.960	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.461	192
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	(1.169.883)	(919.959)			
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	18.092	14.124			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	894.578	924.330	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		
IMOBILIZADO	894.578	924.330			
BENS MÓVEIS	141.554	124.924			
BENS IMÓVEIS	895.000	895.000			
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(141.975)	(95.594)			
			TOTAL DO PASSIVO	98.397	62.974
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	-	-
			Ajuste de avaliação Patrimonial	-	-
			Demais Reservas	-	-
			Resultados Acumulados	1.878.245	1.677.967
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.878.245	1.677.967
TOTAL	1.976.642	1.740.941	TOTAL	1.976.642	1.740.941
ATIVO FINANCEIRO	822.730	623.069	PASSIVO FINANCEIRO	108.137	62.974
ATIVO PERMANENTE	1.153.912	1.117.872	PASSIVO PERMANENTE	-	-
SALDO PATRIMONIAL				1.868.505	1.677.967
Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Execução de Direitos Conveniados	-	-	Execução de Obrigações Conveniadas	-	-
Execução de Direitos Contratuais	-	-	Execução de Obrigações Contratuais	80.749	-
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	-	-	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	80.749	-
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro					
	Exercício Atual		Exercício Anterior		
Superávit Financeiro	714.593		560.095		

Página: 1/1



CAU/RN

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio Grande do Norte

CNPJ: 14.829.126/0001-88

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Receita Orçamentária	1.377.249	1.348.610	Despesa Orçamentária	1.189.696	1.173.358
RECEITA REALIZADA	1.377.249	1.348.610	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	9.740	-
RECEITA CORRENTE	1.377.249	1.348.610	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	5.220	1.736
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	655.376	646.197	CREDITO EMPENHADO - PAGO	1.174.736	1.171.622
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	655.376	646.197	DESPESA CORRENTE	1.158.106	1.160.463
ANUIDADES	655.376	646.197	PESSOAL	675.242	637.158
RECEITA PATRIMONIAL	20.715	38.496	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	53.907	64.778
Receita de Aplicação Financeira	20.715	38.496	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA/FÍSICA	231.258	266.855
RECEITA DE SERVIÇOS	614.898	573.245	ENCARGOS DIVERSOS	55.190	32.600
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.976	2.728	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	142.508	159.072
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	612.921	570.517	DESPESA DE CAPITAL	16.630	11.159
FINANCEIRAS	76.240	72.403	INVERSÕES FINANCEIRAS	16.630	11.159
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	38.862	40.684		-	-
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	37.377	31.719		-	-
MULTAS SOBRE ANUIDADES	37.377	31.719		-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.020	18.269		-	-
MULTAS DE INFRAÇÕES	2.446	1.896		-	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.697	4.290		-	-
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	-1.122	12.083		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	879.517	1.870.906	Pagamentos Extraorçamentários	867.409	1.895.353
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	9.740	-	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	-	-
Inscrição de Restos a Pagar Processados	5.220	1.736	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.736	11.596
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	103.902	94.356	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	101.633	98.779
Outros Recebimentos Extraorçamentários	760.656	1.774.814	Outros Pagamentos Extraorçamentários	764.040	1.784.978
Saldo em espécie do Exercício Anterior	623.069	472.265	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	822.730	623.069
Caixa e Equivalente de Caixa	623.069	472.265	Caixa e Equivalente de Caixa	822.730	623.069
Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	-	-	Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	-	-
Total:	2.879.835	3.691.780		2.879.835	3.691.780

Página: 1/1



CAU/RN

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio Grande do Norte

CNPJ: 14.829.126/0001-88

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITA CORRENTE	1.362.484	1.504.178	1.362.484	1.504.178	1.377.249	(126.930)	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	741.446	832.738	741.446	832.738	655.376	(177.362)	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	741.446	832.738	741.446	832.738	655.376	(177.362)	
ANUIDADES	741.446	832.738	741.446	832.738	655.376	(177.362)	
RECEITA PATRIMONIAL	27.500	19.651	27.500	19.651	20.715	1.064	
Receita de Aplicação Financeira	27.500	19.651	27.500	19.651	20.715	1.064	
RECEITA DE SERVIÇOS	593.538	634.052	593.538	634.052	614.898	(19.154)	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	-	-	-	-	1.976	1.976	
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	593.538	634.052	593.538	634.052	612.921	(21.131)	
FINANCEIRAS	-	-	-	-	76.679	76.679	
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	-	-	-	-	38.862	38.862	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	-	-	-	-	37.817	37.817	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	-	-	-	-	439	439	
MULTAS SOBRE ANUIDADES	-	-	-	-	37.377	37.377	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	17.737	-	17.737	9.581	(8.156)	
MULTAS DE INFRAÇÕES	-	-	-	-	2.006	2.006	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-	-	-	-	8.697	8.697	
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	-	17.737	-	17.737	(1.122)	(18.859)	
RECEITA DE CAPITAL	230.000	270.000	230.000	270.000	-	(270.000)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	230.000	270.000	230.000	270.000	-	(270.000)	
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	230.000	270.000	230.000	270.000	-	(270.000)	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	1.592.484	1.774.178	1.592.484	1.774.178	1.377.249	(396.930)	
DÉFICIT	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	1.592.484	1.774.178	1.592.484	1.774.178	1.377.249	(396.930)	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO	DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	1.361.165	1.468.775	1.163.706	1.163.326	1.158.106	305.069	
PESSOAL	758.753	785.700	676.592	676.592	675.242	109.108	
PESSOAL E ENCARGOS	735.753	755.390	647.347	647.347	647.347	108.043	
DIÁRIAS	23.000	30.310	29.245	29.245	27.895	1.065	
MATERIAL DE CONSUMO	3.434	11.500	-	-	-	11.500	
MATERIAL DE CONSUMO	3.434	11.500	-	-	-	11.500	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	76.148	58.543	53.907	53.907	53.907	4.636	
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	36.648	21.053	19.044	19.044	19.044	2.009	
DIÁRIAS	39.500	37.491	34.863	34.863	34.863	2.627	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA/FÍSICA	337.157	386.116	235.508	235.128	231.258	150.608	
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	51.930	54.960	47.801	47.801	47.801	7.160	
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	19.000	14.090	5.296	5.296	2.866	8.793	
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS	6.000	2.259	-	-	-	2.259	
SERVIÇOS DE TERCEIROS	226.227	271.217	157.422	157.042	155.603	113.794	
PASSAGENS	34.000	43.591	24.989	24.989	24.989	18.602	
ENCARGOS DIVERSOS	32.748	81.908	55.190	55.190	55.190	26.717	
ENCARGOS DIVERSOS	32.748	81.908	55.190	55.190	55.190	26.717	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	152.925	145.008	142.508	142.508	142.508	2.500	
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	147.925	140.008	140.008	140.008	140.008	0	
CONVÊNIO, CONTRATOS E PATROCÍNIO	5.000	5.000	2.500	2.500	2.500	2.500	
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	230.000	276.936	25.990	16.630	16.630	250.946	
INVESTIMENTOS	-	9.360	9.360	-	-	-	
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	-	9.360	9.360	-	-	-	
INVERSÕES FINANCEIRAS	85.000	121.040	16.630	16.630	16.630	104.410	
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	85.000	82.040	16.630	16.630	16.630	65.410	
AQUISIÇÃO DE IMOVEIS	-	39.000	-	-	-	39.000	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	145.000	146.536	-	-	-	146.536	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	145.000	146.536	-	-	-	146.536	
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	1.319	28.467	-	-	-	28.467	
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.592.484	1.774.178	1.189.696	1.179.956	1.174.736	584.482	
SUPERÁVIT	0	-	187.552	-	-	(187.552)	
TOTAL	1.592.484	1.774.178	1.377.249	1.179.956	1.174.736	396.930	

Página: 1/1



CAU/RN

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio Grande do Norte
CNPJ: 14.829.126/0001-88

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Variações Patrimoniais

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.700.137	1.611.689	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.238.795
CONTRIBUIÇÕES	972.533	906.648	PESSOAL E ENCARGOS	676.434
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	972.533	906.648	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	674.466
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	972.533	906.648	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	601.653
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	614.898	573.245	BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.968
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	614.898	573.245	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	-
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	614.898	573.245	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	392.701
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	97.299	112.098	SERVIÇOS	346.320
JUROS E ENCARGOS DE MORA	39.302	41.884	DIARIAS	64.108
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	39.302	41.884	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	44.033
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	57.997	70.214	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	184.531
MULTAS SOBRE ANUIDADES	57.997	70.214	CONTRATO DE TERCEIRIZACAO POR SUBSTITUICAO DE MAO DE OBRA - ART 18 § 1, LC 101	53.648
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	15.407	19.698	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	46.381
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	2.346	12.083	DEPRECIACAO	46.381
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	2.346	12.083	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	27.151
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13.061	7.615	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31.801
MULTAS ADMINISTRATIVAS	2.006	696	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	27.151
INDENIZAÇÕES	11.054	6.919	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	142.508
-	-	-	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	142.508
-	-	-	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	142.508
-	-	-	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	-
-	-	-	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	-
-	-	-	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISAO PARA PERDAS DE CREDITOS	-
-	-	-		335.906
-	-	-		335.906
Total das Variações Ativas :	1.700.137	1.611.689	Total das Variações Passivas :	1.238.795
Deficit do Exercício			RESULTADO PATRIMONIAL	461.342
			Superávit do Exercício	76.153
Total	1.700.137	1.611.689	Total	1.611.689

Página: 1/1



CAU/RN

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio Grande do Norte
CNPJ: 14.829.126/0001-88

Período: 01/01/2018 a 31/01/2018

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	-	-
RECEITA CORRENTE	144.959	128.628
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	92.219	89.156
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	92.219	89.156
ANUIDADES	92.219	89.156
RECEITA PATRIMONIAL	1.559	3.691
Receita de Aplicação Financeira	1.559	3.691
RECEITA DE SERVIÇOS	40.926	35.870
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	73	-
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	40.853	35.870
FINANCEIRAS	10.002	-
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	4.913	-
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	5.088	-
MULTAS SOBRE ANUIDADES	5.088	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	253	(89)
MULTAS DE INFRAÇÕES	319	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	(66)	(89)
OUTROS INGRESSOS	78.763	164.651
DESEMBOLSOS	-	-
DESPESA CORRENTE	60.801	61.668
PESSOAL	42.138	38.593
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.593	5.538
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA/FÍSICA	2.014	2.499
ENCARGOS DIVERSOS	2.730	1.782
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.327	13.256
OUTROS DESEMBOLSOS	66.861	172.302
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	96.060	59.309
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	8.500
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	(8.500)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	96.060	50.809
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	623.069	472.265
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	719.129	523.074

Página: 1/1

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Norte - CAU RN, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/ RN é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/RN.

O Conselho está localizado na Rua Conselheiro Morton Faria, 1440, Lagoa Nova, cep: 50.075-730, Natal/RN.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RN procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/RN, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/RN segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos de uso administrativo	8	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	10	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RN não possui registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2018.

Base de mensuração - O CAU/RN adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Caixa	-	-
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	822.730	623.069
Total	822.730	623.069

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

6. Créditos de curto prazo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Créditos de anuidade do exercício	462.852	401.418
Créditos de anuidade de exercícios anteriores	948.274	697.960
(-) Provisão para devedores duvidosos	<u>(1.169.883)</u>	<u>(919.959)</u>
	<u>241.242</u>	<u>179.418</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	-	-
Vencidos:	1.411.126	1.099.378
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.169.883)</u>	<u>(919.959)</u>
	<u>241.243</u>	<u>179.419</u>

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Descrição	2018	2017
Responsável por multas	2.500	2.500
IRRF PAGO A MAIOR	-	1.082
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	348	348
Luis Sergio S. Guimarães	15	15
Encargos Financeiros	3.727	3.725
Adiantamento de Férias	11.214	6.204
Adiantamento de Vale Transporte	288	250
Total	<u>18.092</u>	<u>14.124</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

8. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Imóveis	880.000	87.882	792.118	827.318
Instalações	800	366	434	506
Móveis e utensílios	76.889	24.601	52.288	57.645
Equipamentos de informática	47.520	21.886	25.633	15.144
Benfeitorias em imóveis	15.000	1.440	13.560	14.136
Máquinas e Equipamentos	16.345	5.799	10.546	9.581
Total	1.036.554	141.975	894.578	924.330

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2018
Imóveis	827.318	-	-	(35.200)	792.118
Instalações	506	-	-	(72)	434
Móveis e utensílios	57.645	-	-	(5.358)	52.288
Equipamentos de informática	15.144	14.230	-	(3.741)	25.633
Benfeitorias em imóveis	14.136	-	-	(576)	13.560
Máquinas e Equipamentos	9.581	2.400	-	(1.435)	10.546
Total	924.330	16.630	-	(46.381)	894.578

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

9. Obrigações Trabalhistas, Previdenciais e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Descrição	2018	2017
INSS	492	-
Total	492	-

10. Fornecedores a pagar

	2018	2017
Restos a Pagar	7312	3736
	7.312	3.736

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
A vencer	7.312	3.736
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
	7.312	3.736

11. Provisões A Curto Prazo

Descrição	2018	2017
Férias	67.880	45.454
INSS	14.178	9.515
FGTS	5.401	3.625
PIS/PASEP	675	453
Total	88.133	59.046

12. Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição	2018	2017
INSS	628	22
IRRF	44	44
ISS	385	-
IRRF/COFINS/CLSS/PIS A RECOLHER	778	-
Contribuição Sindical - Anual	-	126
Outros Valores Restituíveis A	626	-
Total	2.461	192

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

13. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais.

a. Natureza das contingências: A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: Em 31 de dezembro de 2018, não houve causas trabalhistas e cíveis.

14. Patrimônio Líquido

Descrição	2017	2018
Superávit ou Déficit do Exercício	76.153	461.342
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	2.186.903	1.677.967
Ajustes de Exercícios Anteriores	(585.089)	(261.064)
Patrimônio Líquido	<u>1.677.967</u>	<u>1.878.245</u>

No ano de 2017 foi implementado o cálculo Provisão de Devedores Duvidosos pela primeira vez, sendo o valor da provisão referente a anuidades de exercícios anteriores registrado na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

15. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/RN, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

16. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depreciação e amortização	46.381	47.514
Despesas com pessoal	524.881	467.970
Despesas com contratação de terceiros	320.593	243.930
Impostos, taxas e contribuições	177.281	165.485
Outras receitas e despesas	169.659	115.659
	<u>1.238.795</u>	<u>1.040.557</u>

17. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.700.137	1.611.689
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.238.795)	(1.535.536)
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>461.342</u>	<u>76.153</u>
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	1.377.249	1.348.610
(-) Despesas Empenhadas	(1.189.696)	(1.162.199)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>187.552</u>	<u>186.411</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo Disponível Apurado	822.730	623.069
(-) Passivo Financeiro	(108.137)	(62.974)
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>714.593</u>	<u>560.095</u>

18. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

19. Eventos subsequentes

Se houver eventos subsequentes de 1º de janeiro até data de emissão do relatório de auditoria e, que seja necessário à sua divulgação, conforme CPC 24/IAS 10, deverá ser divulgada a informação, para fins de apresentação.